web
Magazine



Fique por dentro.

Textos modernos,atuais e reflexivos com atualizaçoes diárias, aconteceu? Fique por dentro.

news ... news...news...news...news

FIQUE POR DENTRO
WEB MAGAZINE

EXPEDIENTE

WEB MAGAZINE
FIQUE POR DENTRO

Diretor de Redação
Sidnei Maluza

Programador
Wagner Clovis Serra de Godoi

Colaborador e Supervisor Digital
Gustavo Franco Maluza

Sugestões de Pauta
Equipe M.P.M Sites e Sistemas

Para sugerir uma matéria ou correção
wm@sitecontabil.com.br

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP



O QUE FAZER COM O IMPOSTO DE RENDA E AS OBRIGAÇÕES FISCAIS APÓS A MORTE DE UM FAMILIAR

PUBLICADO EM 04/11/2026

O falecimento de um familiar não encerra automaticamente suas obrigações fiscais. Durante o inventário, pode ser necessário entregar declarações de Imposto de Renda em nome do espólio, reunindo informações sobre rendimentos, bens e direitos....

O falecimento de um familiar não encerra automaticamente suas obrigações fiscais. Durante o inventário, pode ser necessário entregar declarações de Imposto de Renda em nome do espólio, reunindo informações sobre rendimentos, bens e direitos. O inventariante é responsável por representar o patrimônio e acompanhar essas obrigações até a conclusão da partilha.

Também é importante verificar possíveis débitos tributários, organizar documentos e avaliar os impostos incidentes sobre a transferência dos bens. A declaração final de espólio deve ser apresentada quando o inventário for concluído. Dependendo do valor utilizado na transferência dos bens aos herdeiros, pode haver apuração de ganho de capital, além do ITCMD, tributo estadual sobre heranças e doações.

Quando o falecido era empresário ou MEI, também devem ser verificadas as obrigações relacionadas ao CNPJ, incluindo possíveis pendências fiscais e procedimentos de regularização ou baixa. O acompanhamento contábil ajuda a identificar responsabilidades, organizar documentos e evitar problemas fiscais durante o inventário.

Fonte: Portal Contábeis

#ImpostoDeRenda #Contabilidade #Espólio #PlanejamentoSucessório

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP

PERDÃO DE DÍVIDAS DO MEI: GOVERNO REGULAMENTA CANCELAMENTO DE DÉBITOS E DEFINE REGRAS PARA 2027

PUBLICADO EM 03/11/2026



A Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 740/2026 regulamentou o perdão de dívidas previdenciárias antigas dos microempreendedores individuais (MEIs). O benefício abrange contribuições mensais ao INSS vencidas até 13 de outubro de 2026, incluindo...

A Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 740/2026 regulamentou o perdão de dívidas previdenciárias antigas dos microempreendedores individuais (MEIs). O benefício abrange contribuições mensais ao INSS vencidas até 13 de outubro de 2026, incluindo juros, multas e encargos. A baixa está prevista para 1º de janeiro de 2027 e, em regra, será automática, sem necessidade de solicitação.

A medida contempla débitos inscritos ou não em Dívida Ativa da União, inclusive parcelados ou em cobrança judicial. A Receita Federal e a PGFN serão responsáveis pela extinção dos créditos sob sua administração. Porém, *as dívidas de ICMS e ISS não estão incluídas* e continuam devidas. Até a atualização dos sistemas, o MEI deve consultar sua situação fiscal para verificar os débitos existentes.

Para manter o benefício, quem continuar enquadrado como MEI deverá pagar as contribuições previdenciárias referentes a janeiro a junho de 2027. O descumprimento pode levar ao cancelamento do perdão e ao restabelecimento das dívidas. Por isso, é importante acompanhar as obrigações fiscais e manter os pagamentos em dia.

Fonte: Jornal Contábil

#MEI #Contabilidade #RegularizaçãoFiscal #GestãoTributária

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP



CONFIRA A AGENDA TRIBUTÁRIA DE NOVEMBRO DE 2026

PUBLICADO EM 30/10/2026

A Receita Federal disponibilizou a agenda tributária de novembro de 2026, com os prazos para recolhimento de tributos e entrega de declarações. O calendário reúne obrigações que variam conforme o regime tributário, a atividade e os fatos...

A Receita Federal disponibilizou a agenda tributária de novembro de 2026, com os prazos para recolhimento de tributos e entrega de declarações. O calendário reúne obrigações que variam conforme o regime tributário, a atividade e os fatos geradores de cada contribuinte. Para evitar atrasos, multas e pendências fiscais, empresas e profissionais da contabilidade devem acompanhar as datas e verificar quais obrigações se aplicam a cada caso.

Confira os principais vencimentos do mês:

- 05/11: recolhimentos decendiais de IOF, IRRF e CPSS referentes ao terceiro decêndio de outubro.
- 10/11: vencimento do IPI sobre cigarros contendo tabaco e de modalidades específicas de IRRF.
- 13/11: recolhimentos de IOF, IRRF, Cide-Combustíveis, Cide-Remessas ao Exterior e retenções de PIS/Pasep e Cofins sobre autopeças.
- 16/11: contribuições previdenciárias recolhidas por GPS, CPSS mensal e entrega da EFD-Contribuições e da EFD-Reinf.
- 19/11: contribuições previdenciárias sobre a folha, CPRB, IRRF mensal, retenções de contribuições sociais, PIS/Pasep e Cofins de entidades financeiras e Simples Doméstico.
- 20/11: entrega da Dirbi, referente a setembro de 2026.
- 23/11: pagamento do Simples Nacional e dos regimes especiais de tributação (RET), além da entrega do PGDAS-D, relativos a outubro.
- 25/11: vencimentos de PIS/Pasep, Cofins, IPI e recolhimentos decendiais de IOF, IRRF e CPSS.
- 30/11: vencimentos de IRPJ e CSLL, Carnê-Leão, obrigações relacionadas ao IRPF e ao ITR, parcelamentos e entrega da DCTFWeb mensal, DeCripto, DME e DOI, conforme as respectivas regras.

Além de observar os vencimentos, é importante diferenciar as datas de pagamento dos tributos dos prazos de entrega das declarações. Algumas obrigações possuem periodicidade própria ou dependem de situações específicas, como operações de importação, remessas ao exterior e eventos societários. Por isso, a conferência da agenda completa e das regras aplicáveis a cada contribuinte é fundamental para manter a regularidade fiscal e organizar o planejamento tributário.

Fonte: Portal Contábeis

#AgendaTributária #Contabilidade #ObrigaçõesFiscais #GestãoTributária

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP

DURIGAN APONTA CONTADORES COMO AGENTES DE CONFORMIDADE DA REFORMA TRIBUTÁRIA

PUBLICADO EM 29/10/2026



O ministro da Fazenda, Dario Durigan, destacou o papel estratégico dos contadores na implementação da reforma tributária e na orientação das empresas durante a transição para o novo sistema. Em reunião com representantes do Conselho Federal...

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, destacou o papel estratégico dos contadores na implementação da reforma tributária e na orientação das empresas durante a transição para o novo sistema. Em reunião com representantes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da Receita Federal, ele ressaltou a importância desses profissionais para esclarecer dúvidas, identificar inconsistências e auxiliar os contribuintes no cumprimento das obrigações fiscais.

O encontro também abordou a ampliação do Programa Nacional de Conformidade Tributária (PNCT), prevista para janeiro de 2027. A proposta busca priorizar a orientação e a correção preventiva de falhas, oferecendo maior segurança jurídica às empresas que procuram cumprir as regras. A iniciativa ainda está em discussão entre a Receita Federal, os estados e os municípios. Pelo modelo atual, contadores autorizados pelos contribuintes podem acompanhar a regularização de pendências, atender intimações e prestar esclarecimentos sobre documentos fiscais.

Outro ponto destacado foi o tratamento aos contribuintes que agirem de boa-fé durante a adaptação às novas regras. A proposta é que mudanças de interpretação que exijam correções sejam acompanhadas de orientação, reduzindo a insegurança dos empresários. Diante das transformações, a capacitação dos profissionais contábeis também ganha importância, pois a atualização sobre a legislação e os procedimentos fiscais será essencial para prevenir inconsistências e apoiar as empresas na implementação da reforma tributária.

Fonte: Portal Contábeis

#ReformaTributária #Contabilidade #ConformidadeTributária #GestãoFiscal

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP



NOVO TETO DO MEI ANIMA EMPREENDEDORES: 51% QUEREM CRESCER E CONTRATAR

PUBLICADO EM 28/10/2026

Uma pesquisa do Sebrae mostra que 51% dos microempreendedores individuais veem impactos positivos com as mudanças na categoria, como o aumento do limite de faturamento e a possibilidade de contratar até dois funcionários. O levantamento ouviu cerca...

Uma pesquisa do Sebrae mostra que 51% dos microempreendedores individuais veem impactos positivos com as mudanças na categoria, como o aumento do limite de faturamento e a possibilidade de contratar até dois funcionários. O levantamento ouviu cerca de 2 mil MEIs de todas as regiões em julho, antes da aprovação no Congresso. A lei complementar do Prospera MEI, sancionada em 21 de outubro de 2026, eleva o teto anual de R$ 81 mil para R$ 110 mil a partir de 1º de janeiro de 2027 e para R$ 140 mil em 2028.

Entre os entrevistados, 61% disseram que o novo teto permitiria crescer como MEI e 43% que ajudaria a permanecer na categoria, já que podiam escolher mais de uma resposta. Quatro em cada dez consideram ampliar a equipe: 11% contratariam com certeza em 12 meses e 31% no futuro. A intenção é maior na indústria (45%) e também no comércio e nos serviços (42% cada), e o Nordeste lidera entre as regiões, com 45%.

O aumento do teto não elimina o controle das receitas nem as obrigações fiscais. Antes de contratar, o MEI precisa avaliar se o faturamento comporta salário, encargos, férias e 13º. Por isso, deve acompanhar o faturamento mensal, planejar novas despesas e buscar orientação contábil para continuar no regime.

Fonte: Jornal Contábil

#MEI #NovoTetoMEI #Empreendedorismo #PequenosNegócios

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP

DESCONTO DE 90% NO DESENROLA 3: ENTENDA AS REGRAS E QUANDO SERÁ POSSÍVEL NEGOCIAR

PUBLICADO EM 27/10/2026



O Desenrola Brasil 3.0 avançou com a abertura do levantamento de dívidas que poderão ser compradas pela União com desconto mínimo de 90%. A iniciativa contempla pessoas físicas e MEIs, com dívidas de cartão de crédito, cheque especial e...

O Desenrola Brasil 3.0 avançou com a abertura do levantamento de dívidas que poderão ser compradas pela União com desconto mínimo de 90%. A iniciativa contempla pessoas físicas e MEIs, com dívidas de cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal sem consignação, mas a renegociação ainda não está aberta aos devedores. Os credores têm até 30 de outubro para enviar informações, sem garantia de que suas carteiras serão adquiridas.

Entre os critérios estão valor original de até R$ 10 mil por dívida, atraso superior a 720 e inferior a 1.645 dias, tendo 25 de setembro de 2026 como referência, e possibilidade de concessão do deságio mínimo previsto no edital. A União comprará as carteiras por procedimento competitivo, com prioridade às propostas de maior desconto. Depois da compra, o devedor poderá receber proposta de quitação à vista ou parcelamento, com desconto de até o mesmo percentual obtido pela União.

Isso não significa que todos receberão automaticamente uma oferta de 90%, pois o benefício depende da inclusão e da aquisição da dívida. O prazo de 30 de outubro vale só para os credores, e as regras do procedimento serão definidas em edital específico. O parcelamento terá juros e condições definidos pelo Conselho Monetário Nacional, e o programa vai até 30 de junho de 2028.

Fonte: Portal Contábeis

#Desenrola3 #RenegociaçãoDeDívidas #MEI #Dívidas

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP



FIM DA ESCALA 6X1: COMO AS EMPRESAS PODEM SE PREPARAR PARA AS NOVAS JORNADAS

PUBLICADO EM 26/10/2026

O fim da escala 6x1 traz um novo desafio às empresas: reorganizar jornadas, distribuir folgas e manter as operações sem reduzir salários. A mudança, promulgada em 16 de outubro de 2026, reduz gradualmente a jornada máxima de 44 para 40 horas...

O fim da escala 6x1 traz um novo desafio às empresas: reorganizar jornadas, distribuir folgas e manter as operações sem reduzir salários. A mudança, promulgada em 16 de outubro de 2026, reduz gradualmente a jornada máxima de 44 para 40 horas semanais, com dois dias de descanso remunerado. Segundo sondagem da CNI de março, 85% das empresas industriais consultadas adotavam jornadas de 44 horas, dado que ajuda a dimensionar o planejamento necessário.

A adaptação varia conforme a operação: o varejo precisará redistribuir folgas sem prejudicar o atendimento, e as indústrias com turnos sucessivos, preservar a continuidade da produção. Gestores devem identificar onde há mais horas extras, acompanhar o banco de horas e avaliar a distribuição atual dos horários. Sistemas de gestão de ponto podem centralizar registros, faltas e compensações e permitir que colaboradores enviem justificativas pelo aplicativo, reduzindo pendências no fechamento.

Definidos os novos horários, é preciso garantir que horas extras, ausências e compensações cheguem de forma consistente à folha de pagamento, e a integração entre ponto e folha reduz transferências manuais. A definição das jornadas, porém, continua sob responsabilidade das empresas, que devem considerar a legislação, os acordos coletivos e as características de cada atividade.

Fonte: InfoMoney

#Escala6x1 #JornadaDeTrabalho #GestãoDePessoas #DepartamentoPessoal

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP

STF EXCLUI ISS DE BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS

PUBLICADO EM 23/10/2026



O plenário do STF formou maioria contra a inclusão do ISS, imposto municipal sobre serviços, na base de cálculo do PIS e da Cofins, contribuições federais que financiam a seguridade social. A decisão é uma vitória para as empresas e uma...

O plenário do STF formou maioria contra a inclusão do ISS, imposto municipal sobre serviços, na base de cálculo do PIS e da Cofins, contribuições federais que financiam a seguridade social. A decisão é uma vitória para as empresas e uma derrota para o governo federal, que estimava impacto de dezenas de bilhões. O julgamento estava empatado em cinco a cinco e foi definido pelo voto de um ministro a favor da tese das empresas.

Houve proposta de modulação dos efeitos, mas os ministros decidiram aguardar eventuais embargos de declaração. Para um advogado tributarista, a decisão recoloca um limite entre arrecadação e atividade econômica, mas a recuperação de valores depende dos termos da decisão, de eventual modulação, da prescrição e da situação de cada contribuinte, sem devolução automática dos últimos cinco anos.

Outro especialista lembrou que o STF já havia excluído o ICMS da base das contribuições, em 2017, e, no início do mês, os créditos presumidos de ICMS. Ele avalia que o impacto orçamentário deve levar a Procuradoria da Fazenda Nacional a pedir modulação por embargos, abrindo um novo capítulo na discussão. Por isso, as empresas devem examinar recolhimentos e documentação antes de buscar restituição ou compensação.

Fonte: InfoMoney

#STF #ISS #PISCofins #DireitoTributário

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP



RISCOS DE UMA EMPRESA FUNCIONAR SEM CONTA BANCÁRIA PJ

PUBLICADO EM 22/10/2026

Manter uma empresa sem conta bancária em nome do CNPJ pode parecer uma forma de simplificar a rotina, mas traz dificuldades para controlar o dinheiro, organizar a contabilidade e comprovar a origem das movimentações. A conta PJ não é uma...

Manter uma empresa sem conta bancária em nome do CNPJ pode parecer uma forma de simplificar a rotina, mas traz dificuldades para controlar o dinheiro, organizar a contabilidade e comprovar a origem das movimentações. A conta PJ não é uma exigência geral e, para o MEI, o governo esclarece que ela não é obrigatória, embora recomende separar as finanças para melhorar a gestão e facilitar o acesso ao crédito.

Os cinco riscos são: a mistura entre dinheiro pessoal e empresarial, que dificulta saber o faturamento e o lucro real; a dificuldade de comprovar receitas e despesas, já que depósitos sem origem comprovada podem ser tratados como omissão de rendimentos; o maior trabalho para a contabilidade; os obstáculos para conseguir crédito; e a confusão patrimonial, que pode alimentar discussões judiciais sobre a desconsideração da personalidade jurídica.

Para reduzir esses riscos, o empresário deve abrir uma conta empresarial adequada ao porte do negócio, direcionar recebimentos e pagamentos para ela, definir o pró-labore, guardar notas fiscais, contratos e comprovantes e manter a contabilidade atualizada. Mesmo sem conta PJ, a empresa continua obrigada a declarar receitas, pagar tributos e manter os registros exigidos.

Fonte: Jornal Contábil

#ContaPJ #Contabilidade #GestãoFinanceira #Empreendedorismo

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP

SIMPLES NACIONAL: REGIME HÍBRIDO DE IBS E CBS PODE VALER A PENA PARA SUA EMPRESA?

PUBLICADO EM 21/10/2026



A Reforma Tributária traz uma nova decisão para microempresas e empresas de pequeno porte: a partir de 2027, os optantes pelo Simples Nacional podem manter o IBS e a CBS no recolhimento unificado, pelo DAS, ou apurá-los pelo regime regular,...

A Reforma Tributária traz uma nova decisão para microempresas e empresas de pequeno porte: a partir de 2027, os optantes pelo Simples Nacional podem manter o IBS e a CBS no recolhimento unificado, pelo DAS, ou apurá-los pelo regime regular, separadamente dos demais tributos. Essa segunda alternativa é chamada de Simples Nacional híbrido. O prazo para optar pelo recolhimento regular no primeiro semestre de 2027 termina em 30 de outubro de 2026, com efeitos a partir de 1º de janeiro.

No modelo tradicional, a rotina é mais simples, concentrada em uma única guia, mas é preciso avaliar como isso afeta a transferência de créditos aos clientes e a competitividade. No híbrido, a empresa apura os novos tributos pelas regras gerais, inclusive quanto aos créditos, o que pode interessar a quem vende para outras empresas e tem clientes que consideram esses créditos na escolha do fornecedor. Em contrapartida, a apuração separada exige mais organização fiscal e controle das operações.

A decisão deve ser individualizada e considerar perfil dos clientes, estrutura de custos, margem de lucro, formação de preços e fluxo de caixa. O contador deve simular os dois cenários com dados reais de faturamento, compras e despesas, sem presumir que todo gasto gera crédito. Vale lembrar que quem já está no Simples não precisa pedir permanência e que haverá um período para cancelar a opção, de 3 de novembro a 20 de dezembro de 2026.

Fonte: Jornal Contábil

#SimplesNacional #ReformaTributária #IBS #CBS

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP



INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA APÓS OS 40 VAI ALÉM DA APOSENTADORIA

PUBLICADO EM 20/10/2026

A independência financeira deixou de ser associada apenas à aposentadoria e passou a significar autonomia para fazer escolhas ao longo da vida. Para quem tem mais de 40 anos, a estratégia envolve construir patrimônio e fontes de renda passiva que...

A independência financeira deixou de ser associada apenas à aposentadoria e passou a significar autonomia para fazer escolhas ao longo da vida. Para quem tem mais de 40 anos, a estratégia envolve construir patrimônio e fontes de renda passiva que reduzam a dependência exclusiva do salário, diante da maior expectativa de vida e das mudanças no mercado de trabalho. Segundo um gestor de investimentos, o acesso facilitado a plataformas digitais e a informações impulsionou esse movimento.

A renda passiva vem de ativos construídos ao longo do tempo, como investimentos financeiros, imóveis para locação, renda fixa e fundos imobiliários. O gestor afirma que o princípio é fazer o patrimônio trabalhar a favor do investidor, mas ressalta que o processo exige planejamento, disciplina e visão de longo prazo, sem atalhos. Depois dos 40, há um horizonte de duas ou três décadas para aproveitar os juros compostos, ainda que o período traga despesas como educação dos filhos, saúde e apoio aos pais idosos.

A diversificação também ganha peso, pois depender de um único investimento ou de uma só fonte de renda expõe as finanças às oscilações da economia. Para o gestor, independência financeira não significa necessariamente parar de trabalhar, mas poder continuar por realização e não por necessidade, dedicar mais tempo à família, empreender ou enfrentar imprevistos com mais tranquilidade.

Fonte: Portal Contábeis

#IndependênciaFinanceira #RendaPassiva #PlanejamentoFinanceiro #Investimentos

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP

ALUGUEL CONSIGNADO: O QUE MUDA PARA LOCADORES E LOCATÁRIOS

PUBLICADO EM 19/10/2026



O aluguel consignado é uma proposta que pode mudar a forma de garantir contratos de locação residencial no Brasil. O valor do aluguel e dos encargos passa a ser descontado direto da folha de pagamento do locatário, sem exigir fiador, caução ou...

O aluguel consignado é uma proposta que pode mudar a forma de garantir contratos de locação residencial no Brasil. O valor do aluguel e dos encargos passa a ser descontado direto da folha de pagamento do locatário, sem exigir fiador, caução ou seguro-fiança. O projeto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 12 de agosto de 2026 e ainda depende do Senado e da sanção presidencial para valer.

O desconto poderá chegar a 30% da remuneração e ser usado por trabalhadores CLT, servidores públicos, aposentados e pensionistas do INSS, com a possibilidade de somar a margem de mais de um locatário. Para proprietários e imobiliárias, o ganho está na previsibilidade e na agilidade da assinatura. Para o inquilino, está no acesso à moradia sem fiador e na chance de devolver o imóvel sem multa em caso de demissão, com aviso prévio de 30 dias.

Há pontos de atenção, como a responsabilidade solidária do empregador pelos valores descontados, com multa de 30% em caso de falta de repasse, e o risco de maior rotatividade de inquilinos. Estimativas do mercado apontam que a modalidade pode alcançar até 20 milhões de pessoas, mas esses números são projeções e dependem do texto final. Por isso, quem atua com locação deve acompanhar a tramitação e preparar contratos e rotinas para a novidade.

Fonte: Jornal Contábil

#AluguelConsignado #LocaçãoResidencial #LeiDoInquilinato #DireitoImobiliário

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP



FIM DE 2026: O CHECKLIST FISCAL QUE EMPRESÁRIO E CONTADOR PRECISAM SEGUIR

PUBLICADO EM 16/10/2026

O último trimestre de 2026 exige atenção redobrada das microempresas. Além de manter pagamentos e declarações em dia, o empresário precisa revisar o regime tributário, organizar o fechamento contábil e se preparar para as mudanças da Reforma...

O último trimestre de 2026 exige atenção redobrada das microempresas. Além de manter pagamentos e declarações em dia, o empresário precisa revisar o regime tributário, organizar o fechamento contábil e se preparar para as mudanças da Reforma Tributária em 2027. Com o apoio do contador, é possível antecipar decisões e evitar atrasos.

Em outubro e novembro, o ideal é revisar o faturamento acumulado, conferir o enquadramento no Simples Nacional e projetar o fechamento do ano, verificando se a receita se aproxima do limite do regime. Também é preciso manter em dia o DAS e, para quem tem funcionários, o FGTS, o eSocial e a DCTFWeb, além de resolver pendências fiscais e atualizar os dados cadastrais.

Em dezembro, ganham destaque o 13º salário e seus encargos, o fechamento contábil e a eventual distribuição de lucros, que precisa ter respaldo contábil e ser alinhada com o contador. Também é hora de revisar sistemas, cadastros e emissão de documentos fiscais para a implantação da CBS, do IBS e do Imposto Seletivo. Como os prazos variam conforme o regime e a existência de empregados, vale confirmar tudo com o contador e nos calendários oficiais.

Fonte: Jornal Contábil

#ChecklistFiscal #Contabilidade #ObrigaçõesFiscais #ReformaTributária

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP

FIM DE ANO NO DP: COMO PLANEJAR FÉRIAS COLETIVAS, EMENDAS DE FERIADO E BANCO DE HORAS SEM GERAR PASSIVO

PUBLICADO EM 15/10/2026



O planejamento de fim de ano exige atenção do Departamento Pessoal para evitar erros na folha de pagamento e possíveis passivos trabalhistas. Em 2026, com Natal e Ano-Novo em sextas-feiras, muitas empresas devem avaliar férias coletivas, folgas...

O planejamento de fim de ano exige atenção do Departamento Pessoal para evitar erros na folha de pagamento e possíveis passivos trabalhistas. Em 2026, com Natal e Ano-Novo em sextas-feiras, muitas empresas devem avaliar férias coletivas, folgas nas vésperas dos feriados e a situação dos bancos de horas. Antecipar essas decisões permite organizar as equipes e cumprir as exigências legais.

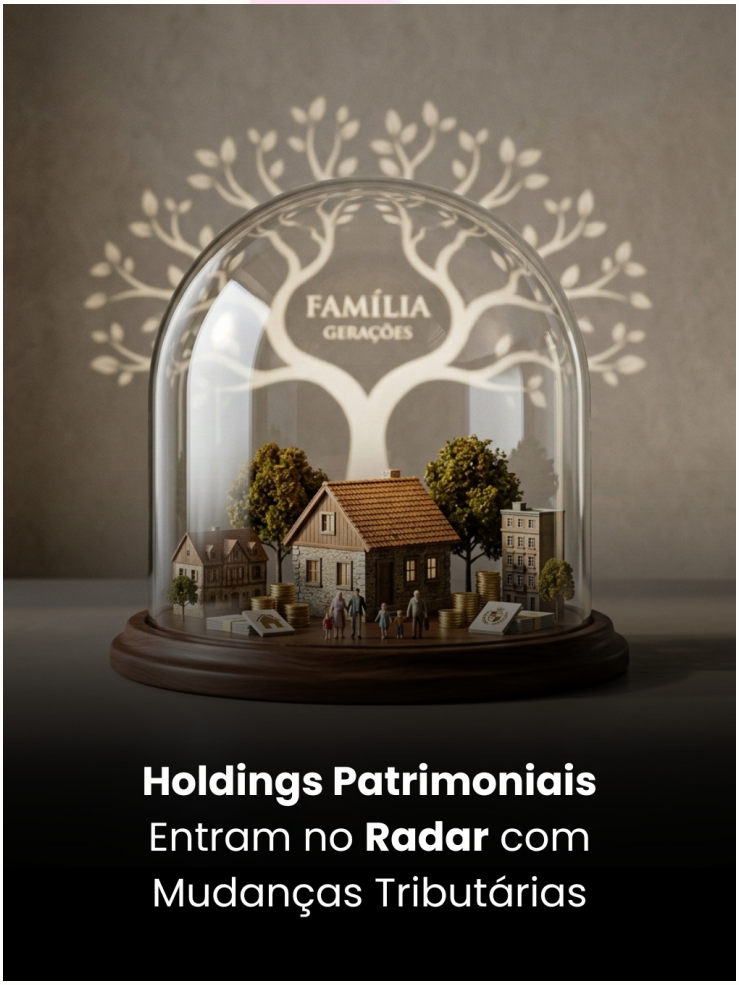
Para conceder férias coletivas, é necessário observar os procedimentos e prazos previstos na CLT, incluindo as comunicações obrigatórias e o pagamento dentro do prazo legal. Já as folgas em 24 e 31 de dezembro precisam ter sua forma de concessão definida e documentada. No banco de horas, o DP deve conferir os saldos individuais e os prazos de compensação: acordos individuais escritos permitem compensação em até seis meses, enquanto acordos ou convenções coletivas podem estabelecer prazo de até um ano. Saldos positivos não compensados devem receber o tratamento previsto na legislação e no acordo aplicável.

Para evitar problemas, a empresa deve formalizar as decisões, registrar corretamente férias e folgas no controle de jornada e revisar os saldos antes do encerramento do ano. O acompanhamento contábil e trabalhista ajuda a identificar pendências, organizar os pagamentos e manter a folha alinhada aos registros de ponto. Um planejamento antecipado reduz riscos e oferece mais segurança para empregadores e trabalhadores.

Fonte: Portal Contábeis

#DepartamentoPessoal #GestãoDePessoas #DireitoTrabalhista #Contabilidade

Sitecontabil
(14) 3332-1200 | contato@sitecontabil.com.br
Avenida Tiradentes 360 - Centro - Santa Cruz do Rio Pardo/SP



HOLDINGS PATRIMONIAIS ENTRAM NO RADAR COM MUDANÇAS TRIBUTÁRIAS

PUBLICADO EM 14/10/2026

As mudanças na tributação de dividendos, no Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e sobre o consumo estão levando empresários e famílias a reavaliar suas estruturas patrimoniais. Com a Reforma Tributária, a análise também...

As mudanças na tributação de dividendos, no Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) e sobre o consumo estão levando empresários e famílias a reavaliar suas estruturas patrimoniais. Com a Reforma Tributária, a análise também passa a considerar os efeitos do IBS e da CBS sobre determinadas operações imobiliárias, tornando o planejamento patrimonial e sucessório ainda mais relevante.

A holding patrimonial pode contribuir para a organização de bens, a gestão de participações societárias, o planejamento sucessório e a governança familiar. No entanto, sua constituição não é vantajosa em todos os casos: custos administrativos, obrigações burocráticas e possíveis impactos tributários precisam ser comparados com os objetivos da família ou da empresa. A análise também deve considerar o ITCMD e a possível incidência de ITBI na transferência de imóveis para integralização de capital.

Diante desse cenário, a decisão de criar ou reorganizar uma holding exige uma avaliação individualizada do patrimônio, das regras tributárias aplicáveis e dos planos de sucessão. Antecipar essa análise permite comparar alternativas, estimar custos e evitar decisões tomadas apenas com base em possíveis benefícios fiscais. O acompanhamento contábil e jurídico é importante para identificar a estrutura mais adequada a cada realidade e acompanhar as mudanças na legislação.

Fonte: Contábeis

#HoldingPatrimonial #PlanejamentoTributário #PlanejamentoSucessório #ReformaTributária

web
Magazine



Fique por dentro.

Textos modernos,atuais e reflexivos com atualizaçoes diárias, aconteceu? Fique por dentro.

news ... news...news...news...news

FIQUE POR DENTRO
WEB MAGAZINE